

SOUSA GALITO, Maria (2010). Geopolítica da Demos (I). CI-CPRI, AO, N.º 8, 13 Dezembro, pp. 1-4.

AO: Artigo de Opinião



Geopolítica da Demos (I)

O planeta azul, observado de longe, parece pacífico e tranquilo, desprovido de fronteiras, global e redondo, eternamente livre para desfrutar dos seus movimentos de rotação e translação.

Mais de perto, avistam-se nuvens. A Terra é tudo menos desprovida de fronteiras e de conflitos, e mal respira num ambiente conspurcado pelos abusos de uma praga de seres humanos. *A Demos*.

Na Terra, os Estados e os povos vivem uma luta de poderes organizada a múltiplos níveis, num planeta cada vez mais pequeno para tanta ambição. A geopolítica impera e o xadrez internacional preocupa-se em deixar sobreviver o mais forte, enquanto as minorias apelam à compreensão ou resistem sob todas as formas – até recorrendo ao terrorismo. Como vivemos num mundo cada vez mais global, o que nos fica longe pode parecer que fica perto, e o que nos é próximo pode parecer distante.

Actualmente, fala-se muito em globalização. Este processo não é actual, iniciou-se no séc. XV, fortaleceu-se com a Revolução Industrial, e afirmou-se na sociedade tecnológica e da informação do séc. XX. Em pleno séc. XXI testemunham-se as suas vantagens e desvantagens com impacto imediato.

O processo de globalização começou por ser experiência fértil em imprevistos e falhas de comunicação, pois o objectivo era desbravar terreno num passo de gigante não tentado pela maioria, por medo e superstição. Foram as gerações seguintes que primeiro lhes procuraram as causas, tentando lidar com benefícios e custos daí decorridos.

A globalização passou a ser mais organizada e com a Revolução Industrial intensificaram-se os fluxos de capitais. Como havia necessidade de matérias-primas que alimentassem todo o sistema, os europeus empreenderam um dos mais organizados assaltos da História (em especial) ao continente africano.

Porque o processo gerava lucro, as empresas multiplicaram-se em número e, dentro destas, em rede, gerindo sucursais espalhadas pelo globo. Em plena terceira vaga da globalização, produzia-se em massa em diferentes partes do mundo. Um carro pode ser constituído por peças individuais *made in* países diferentes. Com a escassez de recursos

naturais, passou a exigir-se uma boa gestão empresarial, com preocupação crescente pelas gerações futuras, enquanto os indivíduos reivindicavam melhores condições de trabalho, apostavam na formação e lutavam pela preservação do ambiente.

A opinião pública manifestava-se, organizava-se. Nasciam e cresciam organizações internacionais com o objectivo de reduzir as assimetrias e velar pelo cumprimento do Direito Internacional. A globalização actual quer-se *amiga do ambiente*, vocacionada para o desenvolvimento sustentado mais do que para o crescimento económico que tanto movia o tecido económico aquando da Revolução Industrial. Mas os interesses geoeconómicos não mudaram de carácter. Os países continuam a empreender conflitos regionais por abscondidas razões de mercado. Basta referir a guerra do Iraque mas poderiam ser referidas muitas outras.

Portanto, atribui-se o nome de *globalização* a um processo antigo que se mantém rapinador. Regista-se uma diferença: agora o consumismo não é elitista mas geral e democrático. Quem não possui capital recorre ao crédito. Quem não paga hipotecas e dívidas de cartões, perde estatuto social por não poder salvaguardar um nível de vida padronizado, massivamente divulgado pelos meios-de-comunicação e, em particular, por indústrias especializadas interessadas em manter *o seu próprio* estatuto.

Percentagem significativa da população mundial é, pois, materialista ou até relativista, influências que aparentemente vieram substituir visões mais conservadoras.

A ideia que tudo se compra e se vende, numa transacção permanente dinamiza uma *sociedade de consumo* fundamentada na satisfação de necessidades imediatas e cada vez mais exigentes. O estímulo que impulsiona o mercado é a procura.

Esta necessidade/aspiração dos indivíduos viverem acima das suas possibilidades, abriu portas aos abusos perpetrados nos mercados financeiros, alavancados em 2001 e enfim desmascarados em 2008: a crise do *subprime*. O funcionamento do aparelho financeiro entrou em colapso. A arquitectura financeira internacional vacilou por haver empolamento da actividade financeira com níveis de alavancagem insustentáveis, com agências de *rating* a empolar o valor das acções, aproveitando a liberdade extra em mercados com falta de regulação estadual, abundância de liquidez e taxas de juro muito baixas. Também se registava um peso excessivo da componente variável da remuneração dos gestores/administradores e da avidez dos gestores.

No Mercado Financeiro Internacional o crime ou passava despercebido ou não era punido – uma vez que a lei internacional era suficientemente vaga para permitir excessos, além de ser difícil aplicá-la ou fiscalizar o seu cumprimento.

A origem do capital era o que menos importava. Como a proveniência é mais difícil de provar quanto maior o número de intermediários, percebe-se o *saco sem fundo* entretanto criado. Portanto, no meio do que circulava para melhorar o bem-estar das populações, imiscuía-se tudo quanto minava esse bem-estar.

Poderia dizer-se que a crise resultou de excesso de confiança e de uma sucessão de erros, baseados na ideia que se pode viver harmoniosamente numa sociedade relativista que roça a descrença niilista absoluta e que põe em causa os chamados bons costumes

que são *para reformados e pré-históricos*, porque *em liberdade tudo é permitido* e nem há crise de valores mas referências estáveis.

Mas é preciso recordar que a liberdade em sociedade não é total, é condicionada ao respeito pelo espaço do outro. Para que o sistema democrático funcione precisa funcionar em Estado de Direito que implica leis que são para ser cumpridas. Portanto, o sistema judicial e a administração interna precisam ser diligentes sob o risco da arquitectura desabar.

Uma sociedade pueril ou de *chicos espertos*, origina caos e há sempre quem se aproveite. A questão está em saber se as diferentes comunidades humanas estão para aturar isto.

A mudança parece estar em marcha desde 2008, com acrescida intervenção estatal e fiscalização extra. Mas a opção *mais Estado* deve ser uma opção temporária e contrabalançada por períodos em que há *menos Estado*, pois um peso excessivo do aparelho estadual agrava os défices públicos.

Ressalva-se, portanto, que o problema não incide no mercado *em si* mas no equilíbrio das actividades económicas. Quando as regras estão estabelecidas e são cumpridas, os mercados funcionam correctamente, estimulam o crescimento económico, o emprego e o bem-estar social.

O funcionamento dos mercados baseia-se num espírito generalizado de confiança e de credibilidade. Por muito intangíveis que estes dois conceitos aparentem ser, são fundamentais. Não é da conveniência de ninguém minar o mercado interno, ou o equilíbrio dos mercados financeiros internacionais, base da sociedade cosmopolita global em que hoje se vive.

O problema não está no mercado financeiro, em si, mas em quem mal o usa. Um passo determinante é criar mecanismos de controlo mais eficazes, num quadro de liberdade responsável. São necessárias políticas de cooperação interestaduais, inteligentes mas, desde logo, exigentes em meios.

Resultado, neste mundo globalizado e interdependente estimulado pela ciência e pela tecnologia, ainda há consequências mal geridas, porque as pessoas não dominam completamente a Natureza. Inclusive *a sua* própria natureza.

Ou seja, a revolução não foi apenas comercial, industrial e tecnológica, mas também social.

É verdade que a *Demos* tem demonstrado o seu poder de adaptação ao mundo em que vive e trabalha, mas nem o corpo nem a mente estavam preparados para tão célere transformaçãoⁱ. O que nunca foi tão evidente como desde o século XXⁱⁱ.

Finalmente compreendemos que a Natureza continua rebelde.

ⁱ Ou seja, para os nossos antepassados, as necessidades eram simples, o espaço imenso, os objectivos imediatos; mas impuseram a si próprios uma revolução de todo o tamanho que, com determinação e capacidade de adaptação, visaram superar, apesar do preço a pagar: «Não devemos comparar o habitante da cidade com o animal selvagem, mas com o animal cativo. O bicho-homem moderno já não vive em condições que possam considerar-se normais para a sua espécie. Aprisionado (...) pela sua própria habilidade cerebral (...) parece ter-se adaptado brilhantemente a estas novas condições extraordinárias, mas não teve tempo de mudar biologicamente (...) Tinha-se tornado cidadão, membro de uma supertribo e a diferença fundamental é que na supertribo ele já não conhecia pessoalmente cada membro da comunidade. Esta mudança, de sociedade pessoal para sociedade impessoal, havia de provocar as maiores angústias do animal humano (...).» [MORRIS, Desmond (1969). *O Zoo Humano*. (Colecção Estudos e Documentos, 56). Torres Vedras: Publicações Europa América; pp. 10-21].

ⁱⁱ Um exemplo da *sociedade de consumo*, fruto da adaptação a um novo estilo de vida e subsequente alteração do regime alimentar (neste caso americano; para o bem e para o mal, símbolo da globalização, arrastando consigo a chamada *comida de plástico*), é o caso dos índios PIMA, do Arizona, EUA. Em poucas décadas mudaram completamente. Tornaram-se abastados, sedentários e, sobretudo, gordos. Hoje em dia são das comunidades que registam mais habitantes obesos; e têm o índice mais elevado de diabetes, a nível mundial.